



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA CRMVRJ Nº 60/2015.

EMENTA: Cria Comissão para realizar inventário de verificação dos bens móveis do CRMV-RJ e, dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CRMV-RJ), no uso das atribuições que lhe confere a Resolução CFMV nº 591/92,

CONSIDERANDO que cabe ao CRMV-RJ zelar pelos bens da entidade;
CONSIDERANDO o Memorando nº 135/2015/CRMV-RJ/TES, de 11/06/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Criar Comissão para realizar inventário de verificação dos bens móveis do CRMV-RJ.

Art. 2º. O inventário, procedimento administrativo realizado por meio de levantamentos físicos que consiste no arrolamento físico-financeiro de todos os bens existentes, tem como objetivos:

- I. Verificar a exatidão dos registros de controle patrimonial, mediante a realização de levantamentos físicos em um ou mais endereços individuais do CRMV-RJ;
- II. Verificar a adequação dos registros no sistema de controle patrimonial;
- III. Fornecer subsídios para a avaliação e controle gerencial de materiais permanentes;
- IV. Fornecer informações a órgãos fiscalizadores, quando for o caso;

Art. 3º. São atribuições da Comissão:

- I. Fazer o inventário físico de todos os bens móveis do CRMV-RJ, informando a situação patrimonial, de acordo com a seguinte classificação:
 - a. Bom - Quando estiver em perfeitas condições e em uso normal;
 - b. Ocioso - Quando embora esteja em perfeitas condições não está sendo usado;
 - c. Recuperável - Quando estiver avariado e sua recuperação for possível e orçar, no máximo, até 50% de seu valor de mercado;
 - d. Antieconômico - Quando estiver avariado e sua recuperação orçar mais do que 50% de seu valor de mercado ou seu rendimento for precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência;
 - e. Irrecuperável - Quando não mais puder ser utilizado para o fim a que se destina devido a perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.
- II. Relacionar e identificar os bens que se encontrem sem número de tombamento, sem plaqueta metálica ou outro tipo de etiqueta que comporte o número de patrimônio ou sem o devido registro patrimonial, para as providências cabíveis;
- III. Identificar a situação patrimonial e o estado de conservação dos bens inventariados, discriminando em relatório os suscetíveis de desfazimento;
- IV. Propor a Diretoria Executiva a apuração de irregularidades constatadas;

Art. 4º. O material permanente que for considerado em situação patrimonial ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável, cuja permanência ou remanejamento no âmbito



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

do CRMV-RJ for julgado desaconselhável ou inexecuível é passível de alienação, por meio de venda, doação ou permuta, ou desfazimento, por meio de inutilização ou abandono.

Art. 5º. A alienação de bens, subordinada à autorização do Plenário do CRMV-RJ, dependerá de avaliação prévia feita pela comissão e de licitação via leilão ou outra modalidade prevista para a Administração Pública:

- I. A avaliação prévia será feita considerando-se o preço de mercado ou, na impossibilidade de obtê-lo, pelo valor histórico corrigido ou valor atribuído por avaliador competente.
- II. A licitação será dispensada e a avaliação prévia deverá ser feita pelo valor de aquisição ou pelo custo de produção nos seguintes casos de alienação:
 - a. Doação, permitida exclusivamente para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio-econômica relativamente à escolha de outra forma de alienação, não devendo acarretar quaisquer ônus para o CRMV-RJ;
 - b. Permuta, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
 - c. Venda de materiais e equipamentos sem utilização constatável para outros órgãos ou entidades da Administração Pública, ante os casos de pedidos previamente feitos ao CRMV-RJ.
- III. A alienação por doação deve ser devidamente justificada pela autoridade competente, observando-se o seguinte quanto à destinação do material:
 - a. Ocioso e recuperável, para órgãos ou entidades públicas da esfera federal, estadual ou municipal, integrantes de qualquer Poder;
 - b. Antieconômico e irrecuperável, para órgãos ou entidades públicas referidas anteriormente e para as instituições filantrópicas, desde que, reconhecidas de utilidade pública pelo governo federal, devidamente comprovado por cópia autenticada da seguinte documentação em período de validade: Certificado de Registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), registro no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) e ata da eleição da Diretoria Executiva atual;
- IV. Verificada a impossibilidade ou a inconveniência da alienação, o Setor responsável pelo Patrimônio do CRMV-RJ, devidamente autorizado pelo Plenário, deve determinar a renúncia ao direito de propriedade, a consequente baixa da carga patrimonial e sua inutilização ou abandono, na forma de destinação a depósitos públicos adequados, mediante termos de inutilização ou de justificativa de abandono, os quais integrarão o respectivo processo de desfazimento.

Art. 6º. Durante a realização do inventário fica vedada toda e qualquer movimentação física de bens localizados nos endereços individuais abrangidos pelos trabalhos, exceto mediante autorização específica da Diretoria Executiva.

Art. 7º. A Comissão terá livre acesso, em qualquer recinto, para efetuar levantamento e vistoria de bens.

Art. 8º. A Comissão poderá requisitar à Diretoria Executiva colaboradores, equipamentos, transporte, materiais e o que for necessário para o cumprimento das suas atribuições.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Art. 9º. A Comissão será composta pelos seguintes membros: Élio Silva do Carmo Junior (Auxiliar Administrativo), Fernanda Fonseca Zephira (Auxiliar Administrativo), Daura de Farias Ferreira de Carvalho (Assessora Administrativa III) e Paulo da Silva Pereira (Assessor Administrativo IV), sob a presidência do primeiro.

Art. 10. A Comissão deverá apresentar relatório de inventário a esta Presidência até o dia 01/09/2015, para posterior apreciação pelo Plenário do CRMV-RJ.

Art. 11. O mandato dos membros desta Comissão vigora a partir desta data e se encerra no dia 22/09/2017.

Art. 12. Esta Portaria entre em vigor nesta data e revoga as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 2015.

Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo
Presidente
CRMV-RJ nº 3562